

Regulamentar a prestação de serviço é essencial contra precarização e para o desenvolvimento do setor de TI

O Sindpd já registrou cerca de 70 ações trabalhistas este ano envolvendo casos de terceirização. As irregularidades precarizam os direitos trabalhistas e desequilibram a competição entre as empresas **Páginas 4 e 5**

CONQUISTAS IMPORTANTES
MERECEM UM
LANÇAMENTO À ALTURA

 **15º sindpdFEST**

NOVEMBRO/2011

SHOWS: E...S
SORTEIOS: F...S

Aguarde!

Uma grande festa com atrações de tirar o fôlego está chegando.



➔ **Articulação do Sindpd garante mais acordos de PLR** **Página 6**

Presidente da Prodesp afirma que Roxel irá ajustar salários **Página 6**

➔ **Funcionários aprovam proposta feita pela Datamec** **Página 6**

Seminário de Pauta do Sindpd acontece em outubro **Página 8**

➔ **Senado aprova MP que reduz impostos dos tablets** **Página 7**

A lei liberta

A regulamentação da prestação de serviço foi a primeira das reivindicações apresentadas ao ex-presidente Lula e a atual presidenta Dilma Rousseff durante a inauguração da sede do Sindpd. No discurso proferido na ocasião destaquei que a criação de leis que definam e delimitem a terceirização é essencial para nosso setor, uma vez que somos em grande parte uma categoria prestadora de serviço especializado.

O esforço político tem sido grande para o sindicato expor suas posições sobre o tema. Sempre temos representantes em fóruns, assembleias e comissões para evidenciar o estrago causado pela ausência de legislação para a prestação de serviço e como isso dificulta toda a cadeia produtiva do segmento da tecnologia da informação.

Temos combatido muitas irregularidades ao longo dos anos. Cooperativas de fachada, desobediência à Convenção Coletiva, políticas de contratação e licitação criminosas, pejetização e desrespeito aos direitos trabalhistas. Lutamos bravamente contra empresas que, em busca de lucro fácil e rápido, utilizam as lacunas da lei para explorar os trabalhadores. Reprovamos o mal que essa conduta traz para nossa categoria tornando o mercado injusto para as empresas idô-

neas que valorizam seus funcionários. Condenamos o prejuízo causado ao país e à Justiça que se afoga em milhares de processos entulhando tribunais. Essa não é uma luta só do sindicato ou da categoria de TI. Estamos todos em guerra contra a precarização, contra os vilões que se aproveitam das deficiências da lei e da administração pública para roubar a energia, a força e os direitos dos trabalhadores.

Algumas empresas advogam que a criação de leis que assegurem as responsabilidades e os deveres podem engessar o setor. Isso não é verdade. Estabelecer parâmetros como a responsabilidade solidária e a proibição da terceirização na atividade fim apenas darão segurança jurídica para as empresas tomadoras e prestadoras. Além de proteger o trabalhador dos aventureiros que usam a terceirização para explorá-lo.

A verdade é essa, sabemos que entre forte e o fraco a lei liberta e a liberdade escraviza. Por isso continuaremos lutando por leis que protejam os que agem corretamente e penalizem os malfeitores.

Antonio Neto



Presidente do Sindpd e da CGTB

Comentários dos associados

PASSEIO

Gostei muito da excursão ao Hopi Hari. Foi muito legal! O sindicato deveria realizar eventos como este com mais frequência. Parabéns pelo evento.

Rodrigo Gomes, por e-mail

NEGOCIAÇÃO

Fiquei feliz ao ler que muitas empresas já estão negociando o PLR. O que me fez triste foi não ter encontrado a empresa que trabalho, Sonda IT. A relação no informativo que chegou em minha casa foi muito útil. Agora espero que as empresas que ainda não estão em contato com o sindicato entrem em negociação o mais rápido possível.

Rafael Rodrigues, por e-mail

OBRIGAÇÕES

Espero que a decisão do TST saia logo e que não ultrapasse o período estipulado de 120 dias até 04 de novembro para tomar a decisão. E que as empresas cumpram logo suas obrigações, para que o trabalhador exerça sua função sem se preocupar com quanto vai ter que economizar na refeição.

Marcelo Forini, por e-mail

DIGNIDADE

É importante mesmo deixar claro que nos encontramos no tempo do trabalho digno. O tempo do trabalho explorado já acabou e não pode encontrar mais espaço em lugar algum. E um dos quesitos que melhoram mui-

to a relação empresa-funcionário é o citado vale refeição. É urgente a necessidade de se preocupar com a qualidade de vida dos funcionários, para o bem estar de todos.

Renato Almeida, por e-mail

VALORIZAÇÃO

Muitas empresas pagam vale coxinha para o trabalhador como se estivesse fazendo um favor. Na empresa que trabalho, uma multinacional chilena, nos pagam um vale coxinha de 10 reais por dia, e a média do almoço na região que trabalho é 17 reais. Sobra mês e falta dinheiro para almoçar, onde a maioria acaba recorrendo a comer lanches na rua para não ter de tirar dinheiro do próprio bolso, já que o salário é abaixo da média para a categoria.

Lucas Oliveira, por e-mail

DIREITOS

Gostaria de registrar os meus cumprimentos ao empenho dispensado pela direção da Prodesp, pelo seu presidente, Célio Fernando Bozola, aos dirigentes do Sindpd, Antonio Neto, João Antonio Nunes e demais membros do sindicato, bem como da própria Rexels que fizeram valer os direitos dos trabalhadores. Com essa medida esperamos que sejam tomadas ações que venham a reparar ou minimizar os efeitos provocados quanto à produção e qualidade dos serviços prestados ao DER.

Paulo Pereira Marques, Coordenador de Serviços Especializados - DER, por e-mail

Seu comentário pode estar aqui. Entre no site do Sindpd, leia as notícias e participe. www.sindpd.org.br



sindpd



Av. Angélica, 35 – Santa Cecília - São Paulo, SP.
CEP: 01227-000 | Fone: (11) 3823 5600

Sindpd: • **Diretor-presidente:** Antonio Neto • **Secretário de Comunicação e Imprensa:** Paulo Roberto de Oliveira – **Sindpd O Jornal:** Publicação mensal – **Tiragem:** 50.000 exemplares • **Jornalista Responsável:** Alessandro Rodrigues – MTb 37.604/SP • **Editores:** Allan Costa – MTb 7954/DF e Arthur Quezada – MTb 64559/SP • **Assessoria de Imprensa e Coordenador:** Claudio Ahrens – MTb 59.654/SP – claudio.imprensa@sindpd.org.br • **Projeto Gráfico e Diagramação:** Michele Bianchi • **Revisão:** Ana Domingues • **Fotos:** Michele Mifano **Edição e Produção Gráfica:** In Time Comunicação – Tel.: (11) 2673-0670 – www.intimecom.com.br

Endereços:

- **Araçatuba** – Rua Bandeirantes, 875 – Centro – Tel/Fax: (18) 3622-1326 / 3608-2383
- **Araraquara** – Rua Japão, 289 – Jd. Primavera – Tel/Fax: (16) 3331-1454
- **Bauru** – Rua Guilherme de Almeida, 2-38 – Vila Universitária – Tel/Fax: (14) 3234-4965
- **Campinas** – Av. Francisco Glicério, 1717, cj. 71/72 – Centro – Tel: (19) 3237-1030 – Fax (19) 3233-1112
- **Jundiaí** – Av. Jundiaí, 555 – Anhangabaú – Tel: (11) 4497-0423/ 4497-0815
- **Presidente Prudente** – Avenida Cel. Marcondes, 871 – sala 112 – Bairro Bosque – Tel: (18) 3908-3555 / 3908-8544 – Fax: (18) 3908-8549
- **Ribeirão Preto** – Rua Cândido Portinari, 75 – Tel/Fax: (16) 3610-6156
- **Santos** – Rua Ana Costa, 79 – cj. 82 – Vila Mathias – Tel/Fax: (13) 3235-3707 / 3223-7105 / 3223-7202
- **São José dos Campos** – Rua Major Vaz, 274 – Vila Adyanna – Tel: (12) 3942-9705 – Fax: (12) 3921-6428
- **São José do Rio Preto** – Rua Silva Jardim, 2.378 – Boa Vista – Tel: (17) 3234-2597 – Fax: (17) 3222-4515
- **Sorocaba** – Rua Newton Prado, 200 – Vila Santa Maria – Tel: (15) 3231-4592 – Fax: (15) 3212-4241

Cartas para a redação: journalsindpd@sindpd.org.br

Erramos

• Na edição anterior do *Jornal do Sindpd* foi publicado que a empresa *List Comp. Public. Prom. e Comércio Ltda* havia fechado acordo de PLR com o Sindpd. Entretanto a empresa ainda não entrou em contato com o sindicato para a implantação do benefício.

• Na legenda da foto da matéria “O lugar é incrível. Fiquei muito feliz em ser sorteado”, a praia em destaque é *Ilha Bella* e não *Paúba* como foi divulgado.

Centrais Sindicais e Dieese realizam VI Jornada Nacional de Debates

As Centrais Sindicais (CGTB, CTB, CUT, Força Sindical, NCST e UGT, e CSP-Conlutas) juntamente com DIEESE realizaram, de 23 de agosto a 06 de setembro, a VI Jornada Nacional de Debates. O evento, que percorreu todas as capitais brasileiras, teve como objetivo debater o momento econômico do país e as negociações coletivas.

Dentre os pontos levantados no debate está o aumento do emprego formal. “Em 10 anos (2001-2011) o aumento de

trabalhadores no mercado com carteira de trabalho teve um resultado favorável ao país”, destaca o secretário geral da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Alvaro Egea. Além disso, as Centrais lutam pela valorização e aumento do salário mínimo em 2012. “A base salarial tem que crescer. O aumento do salário mínimo causa um grande impacto nas negociações coletivas e isso pressiona também o piso da categoria”, frisa Egea.

Outro tema abordado foi o trabalho decente. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o direito ao trabalho decente é a condição fundamental para superação da pobreza, redução das desigualdades sociais e garantia de governabilidade democrática. “Temos de valorizar a indústria para competir e gerar empregos. Em um cenário com crescimento de emprego e economia é importante que se fortaleça os sindicatos”, finaliza Egea. ■

➔ I CONFERÊNCIA NACIONAL DO EMPREGO E TRABALHO DECENTE

Está agendada para maio de 2012 a I Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente, que será realizada em conferências estaduais. Em São Paulo, acontecerá em novembro, no Memorial da América Latina. A conferência tratará de assuntos fundamentais para todas as trabalhadoras e trabalhadores do Brasil, como a erradicação do trabalho escravo e infantil, negociação coletiva, saúde e segurança no trabalho, mais e melhores empregos, entre outros temas.



Centrais Sindicais durante encerramento da VI Jornada Nacional de Debates, no auditório do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeesp)

Indústria de software e serviços de TI deve crescer 7,7% ao ano

A indústria brasileira de softwares e serviços de tecnologia da informação (TI) deve aumentar em torno de 7,7% ao ano até 2016 - a estimativa é do Observatório Softex. A previsão considera também um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,5% ao ano.

De acordo com a pesquisa, o crescimento médio real observado entre 2003 e 2009 atingiu cerca de 8%. Para este ano, a estimativa é que o faturamento do setor de software e serviços de TI atinja R\$ 63 bilhões.

A expansão será superior a 7% em relação a 2009. Segundo a gerente do Observatório Softex, Virginia Duarte, as medidas apontadas pelo governo federal de desoneração da folha de pagamento, irão proporcionar a expansão do mercado de trabalho formal no setor de TI. “Isso deve mudar a composição da força de trabalho, com a inclusão de pessoas terceirizadas na folha. O mercado de trabalho formal, de assalariados e celetistas, vai crescer e com isso diminuir o número de sócios de empresas”, estima. ■



Avanço de TI depende da prestação de serviço

A ausência de leis gera insegurança, deixa os trabalhadores desprotegidos e torna o ambiente desfavorável aos negócios. Sindicato busca medidas para assegurar os direitos trabalhistas e garantir a competição justa entre as empresas

O mercado da Tecnologia da Informação se caracteriza atualmente pela prestação de serviço especializado. A terceirização está presente em grande parte das empresas como uma das principais formas de aumentar a eficiência e reduzir custos. Entretanto, o crescente número de irregularidades observadas pelo Sindpd, as constantes denúncias de precarização das condições de trabalho e o grande volume de processos trabalhistas na Justiça revelam a necessidade de regulamentar a contratação terceirizada. O sindicato defende a aprovação leis que ofereçam maior segurança aos trabalhadores e empresários.

A terceirização quando realizada de forma fraudulenta é prejudicial a todo sistema produtivo. Para os trabalhadores pode representar a perda dos direitos previstos na CLT, salários mais baixos, tratamento diferenciado em relação aos funcionários da tomadora de serviço e longos processos na Justiça para terem seus direitos respeitados. “A terceirização deve ser aplicada como uma forma de especialização, no entanto o que se observa é a utilização deste mecanismo para precarizar os direitos trabalhistas”, afirma o presidente do Sindpd, Antonio Neto.

Em relação aos empresários, em especial ao tomador de serviço, o prejuízo acontece quando a prestadora não cumpre com suas obrigações, tanto constitucionais como contratuais. A empresa que contrata o serviço é corresponsável pelos funcionários da terceirizada e desta forma deve arcar com as verbas trabalhistas, caso necessário. “A tomadora precisa acompanhar a gestão da prestadora, saber se os trabalhadores estão recebendo o salário correto e se os direitos previstos na CLT e na Convenção Coletiva da categoria estão sendo respeitados”, analisa Neto. Além disso, existe uma distorção no mercado porque as empresas idôneas, que respeitam a lei, levam desvantagem na competição com as mal intencionadas.

No âmbito público, os desvios na aplicação da terceirização significa uma enxurrada de litígios trabalhistas nos tribunais de todo país. De acordo com o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão existe cerca de 100 mil processos em andamento envolvendo questões sobre a prestação de serviço irregular. Diante do volume de ações, que tem um alto custo para os cofres públicos, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) editou a Súmula 331 que tenta ordenar a prestação de serviço, proibindo a terceirização da atividade fim e responsabilizando de forma subsidiária a tomadora de serviço - isto é, na impossibilidade do pagamento pela prestadora a tomadora assume os encargos trabalhistas.

Ainda na esfera governamental, outro fator que sobrecarrega a Justiça é o processo de licitação da administração pública, regulado pela lei nº 8666/93, que determina a escolha de um produto ou serviço pelo menor preço oferecido, descartando a qualidade e, muitas vezes, a credibilidade das empresas concorrentes. “Essa conduta precisa ser revista. O que adianta pagar menos por um produto que não funciona ou por uma prestação de serviço que precariza os direitos dos trabalhadores para ser competitiva?”, questiona Neto.

Por ser tão relevante para o setor, a regulamentação do serviço terceirizado é uma bandeira de luta do Sindpd há muitos anos. Em cada conselho, fórum, assembleia e debate o sindicato marca presença e expõe suas convicções. “A falta de leis para o serviço terceirizado permite que empresas irresponsáveis possam agir livremente e quem leva a pior é o trabalhador. Defendemos três questões fundamentais para os trabalhadores: a responsabilidade solidária sobre os direitos trabalhistas das empresas que contratam serviços terceirizados, a proibição da terceirização da atividade-fim e a igualdade de direitos entre funcionários contratados em regime CLT e terceirizados”, argumenta Neto. ■



e da regulamentação

ções

Projeto pretende garantir benefícios aos trabalhadores

As negociações pela regulamentação da terceirização da mão de obra estão em fase final. A expectativa é de que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprove em caráter conclusivo o projeto ainda neste ano. O Senado passaria então a analisar o tema, que precisará ainda da sanção presidencial para sair do papel.

Em seu relatório, o deputado federal Roberto Santiago (PV-SP) pretende proibir a intermediação da contratação de mão de obra e determinar que as prestadoras de serviços tenham apenas um objeto em seu contrato social. A ideia é garantir ao trabalhador benefícios sociais e direitos obtidos nos acordos coletivos de suas categorias. Outro ponto defendido é obrigar os contratantes a fiscalizar se as empresas que lhe prestam serviços estão recolhendo os encargos sociais e cumprindo os acordos coletivos fechados pelas categorias.

As entidades patronais preferiam que a relação entre as empresas contratantes e as prestadoras de serviços fosse

“subsidiária”. Ou seja, as contratantes só poderiam ser acionadas na Justiça caso as prestadoras de serviços não honrassem débitos devidos aos trabalhadores. O deputado Sandro Mabel (PR-GO), um dos representantes dos empresários na Câmara na negociação, destaca que as empresas que fiscalizarem suas prestadoras de serviços estarão protegidas.

O marco regulatório em elaboração pelos deputados também fixa regras para evitar que empresas sem solidez financeira entrem no mercado de prestação de serviços, o que visa reduzir os riscos delas quebrarem sem quitar suas dívidas com os trabalhadores. Além disso, a receita de um mês do contrato fechado entre as empresas contratantes e contratadas servirá de caução para garantir o pagamento dos funcionários, caso ocorra algum problema com a empresa terceirizada. Em relação ao setor público deve proibir a contratação de prestadores de serviços para as funções que estiverem previstas nos planos de cargos e salários dos órgãos estatais. ■



CASOS

TERCEIRIZAÇÃO

O Sindpd registrou cerca de 70 ações envolvendo casos de terceirização até o momento. Os maiores problemas estão relacionados a verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e danos morais.

Depois de muitas denúncias e três ações trabalhistas movidas pelo sindicato contra a Caixa Econômica Federal, o Ministério Público proibiu que a empresa contrate serviços terceirizados de digitação. Casos como o da empresa Roch, que envolve milhares de trabalhadores e tem créditos trabalhistas estimados em 46 milhões de reais. Já contra a Companhia Internacional de Tecnologia (IT), resultou no pagamento de três milhões de reais.

A política questionável da Prodesp, Companhia de TI do estado de São Paulo, na contratação de serviços terceirizados fica evidente quando se observa o registro de 1075 processos no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). O Sindpd constatou irregularidades com a empresa Consoft, contratada para prestar os serviços à Polícia Científica e ao DER. ■



TERCEIRIZAÇÃO É TEMA DE AUDIÊNCIA NO TST

O presidente do Sindpd, Antonio Neto, irá participar de uma audiência pública sobre terceirização de mão de obra no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília. O tema é objeto de cerca de 5 mil processos em tramitação no TST e milhares em toda a Justiça do Trabalho.

Na audiência pública, o Tribunal ouvirá o pronunciamento de pessoas com experiência e reconhecida autoridade na matéria. O objetivo é esclarecer questões fáticas, técnicas (não jurídicas) científicas, econômicas e sociais relativas ao fenômeno da subcontratação de mão de obra por meio de empresa interposta.

De acordo com estudo realizado pelo Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros de São Paulo (Sindeprestem), 8,2 milhões de pessoas no Brasil atuam no mercado como terceirizados, o que corresponde a 18,6% do total. ■



Dezenas de empresas fecham PLR este mês

Assinaturas de acordos de planos de Participação em Lucros e Resultados continua crescendo. Mais de 280 empresas já firmaram o projeto em 2011

A mobilização dos diretores do Sindpd junto às empresas de TI para intensificar a implantação dos planos de Participação em Lucros e Resultados (PLR) tem sido produtiva. Desde o início do mês de setembro, 19 empresas já fecharam acordos e, até o fechamento desta edição, mais de 200 estavam em processo de negociação.

Com supervisão do sindicato, as companhias GS Cobrança e Processamento de Dados e a Casa Branca consolidaram o projeto de PLR no dia 30 de agosto. Foi estipulada a aplicação do percentual de crescimento do faturamento das empresas nos últimos dois anos na folha de pagamento de 2012 de cada funcionário. Em dezembro haverá eleição de cinco empregados, representando diferentes setores das empresas, para a avaliação do resul-



Assembleia de PLR na empresa Orizon em São Paulo

tado do crescimento das companhias. Em reunião realizada no dia 26 de setembro, a FI Sistemas instalou a comissão de negociação para a implantação de PLR. A empresa se comprometeu

em apresentar uma proposta à comissão para ser discutida na próxima reunião, que será realizada em novembro. “Sempre tivemos um excelente relacionamento com a empresa e este acordo beneficiará todos os empregados de maneira significativa”, afirma o diretor da regional de Araraquara, Daniel Henrique Forini.

A Orizon é mais uma empresa que está prestes a fechar acordo. No dia 14 de setembro, o sindicato se reuniu com a direção da empresa e com a comissão de trabalhadores para analisar proposta. A oferta foi considerada satisfatória e a assembleia de aprovação acontecerá em breve. “Esta reunião foi um passo importante para que os trabalhadores recebam a PLR o quanto antes”, destaca o diretor Joel Chnaiderman. ■



Funcionários das empresas GS Cobrança e Casa Branca durante votação de PLR

Presidente da Prodesp afirma que caso Rexsel está solucionado

O presidente da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp), Célio Fernando Bozola, informou no dia 23 de setembro que a empresa Rexsel se comprometeu em ajustar os salários de seus funcionários à Convenção Coletiva do Sindpd. A Rexsel venceu a licitação feita pela Prodesp para prestar o serviço de digitação de multas do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e estava pagando aos funcionários um salário abaixo do piso da categoria. De acordo com a Prodesp, a empresa terceirizada vai corrigir os salários e pagar a diferença dos meses que já foram acertados.

Além do impasse no DER foram debatidos na reunião: o acordo complementar para a utilização do Ponto Eletrônico; o equilíbrio da carga horária para os trabalhadores que operam na “Cúpula” (Data Center) durante a madrugada; o restabe-



Neto, João Antonio em reunião com presidente da Prodesp

lecimento do Conselho de Representantes dos Empregados (CRE) e o reajuste dos vales refeição e alimentação. “Nossa intenção é iniciar uma nova etapa na relação com a Prodesp, tendo por base o diálogo e a busca de soluções. O presidente

Bozola nos adiantou o projeto de reformulação do restaurante, de pagamento de VR para todos os funcionários, bem como o reajuste dos mesmos”, relata o presidente da CGTB e do Sindpd, Antonio Neto. ■

Avança negociação com Datamec

Após sete rodadas de negociação e a paralisação de 2 horas, a Datamec e os sindicatos de TI de São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, juntamente com a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Informática e Tecnologia da Informação (FEITTINF) e a Federação Nacional dos Trabalhadores de TI (Fenadados) chegaram a um consenso para fechar o Acordo Coletivo de Trabalho.

A empresa ofereceu a manutenção das demais cláusulas do acordo vigente e aumentou o reajuste salarial de 6,8% para 7%, para os salários de até 7 mil reais. Quem receber mais do que este valor terá reajuste de 7% até a parcela de 7 mil reais e os valores acima desta faixa receberão aumento de 4,5%. O reajuste do vale refeição/alimentação ficou mantido em 4,5%. A proposta foi votada em assembleia e obteve aprovação de toda a categoria. Será feita uma nova reunião para apresentar a resposta à empresa e definir a data de pagamento. ■

Câmara aprova ampliação de aviso prévio de até 90 dias

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que aumenta em até 90 dias o aviso prévio, proporcional ao tempo de trabalho. Atualmente, os trabalhadores têm direito a 30 dias, independentemente do tempo de serviço. A nova lei determina que seja mantido o prazo atual, mas que para cada ano adicional de serviço, o aviso prévio aumenta em três dias, até o limite de 90 dias. Em caso de demissão voluntária, o empregado deve trabalhar pelo mesmo período ou indenizar a empresa, que também pode optar por liberar o empregado, sem nenhum ônus. Dessa forma, o trabalhador que estiver na mesma empresa por 10 anos terá o direito a receber dois meses de aviso prévio. Para obter o máximo de 90 dias, o funcionário terá de ter 20 anos ou mais de serviço. O projeto já foi aprovado pelo Senado e segue agora para sanção da presidente Dilma Rousseff.

“A medida foi um avanço importante para mitigar a enorme rotatividade que existe no mercado de trabalho. Nossa batalha agora será para que a regra atinja também os trabalhadores que já foram demitidos, pois não estamos tratando de uma nova regra, mas sim de um direito constitucional que estava sendo relegado e que o STF já havia se pronunciado pelo seu provimento”, relata Neto. ■

Sindpd promove café da manhã para integrar novos funcionários da Prodam



Funcionários da Prodam durante café da manhã na empresa

A direção do Sindpd promoveu, no dia 27 de setembro, um encontro com os 50 novos funcionários da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação de São Paulo (Prodam). A reunião teve como objetivo apresentar as ações do sindicato dentro da companhia e integrá-los com as atuações das quais eles farão parte de agora em diante. Durante o encontro, várias ações do Sindpd foram lembradas, como: a luta contra as tentativas de privatização da empresa; a posição contrária do sindicato com relação a redução de verbas para novos investimentos e contratações; o acordo coletivo com a direção da Prodam, que

pode ser considerado um dos melhores do estado de SP; a pertinente batalha contra a desoneração da folha de pagamento; dentre outras.

O café da manhã contou com a participação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); Grêmio; Conselho de Representantes; diretoria de participação e cooperativa de crédito. Órgãos que compõem a organização da Prodam. “No momento de integração podemos mos-

trar que fazemos parte da história de lutas e conquistas dos funcionários da Prodam. Essa atuação contundente do Sindpd dá

confiança e respaldo aos novos trabalhadores”, explica, o presidente do Sindpd, Antonio Neto. ■

Sindpd Araraquara promove excursão para o Hopi Hari

A regional do Sindpd de Araraquara promoveu uma excursão ao maior parque de diversões da América Latina, o Hopi Hari. O passeio aconteceu no dia 17 de setembro e contou com a participação de muitos trabalhadores de TI. Cerca de três ônibus lotados foram necessários para transportar 125 pessoas, incluindo sócios do sindicato e seus acompanhantes.

Durante o passeio, os associados puderam aproveitar todas as atrações do parque sem nenhuma restrição. Além disso, os trabalhadores participaram da “Hora do Horror”, atração temática do parque. “Esta é a proposta do Sindpd, proporcionar o melhor ao sócio, uma fantástica estrutura e um transporte confortável. Esperamos transformar esta viagem em uma tradição a ser realizada anualmente”, afirma o diretor Daniel Henrique Forini. ■



Associados do Sindpd durante passeio ao parque de diversões

Ponto Eletrônico garante os direitos trabalhistas



O novo sistema de uso do Registrador Eletrônico de Ponto (REP) tem previsão de entrar em vigor no dia 03 de outubro. O sistema foi regulamentado com o intuito de diminuir as reclamações trabalhistas e reduzir o prazo de processos. A portaria 1510/2009 estabelece que o novo equipamento de ponto eletrônico imprima um comprovante ao trabalhador toda vez que for feito registro de entrada e saída.

De acordo com a legislação brasileira, as empresas com mais de dez funcionários devem fazer registro de ponto, que pode ser manual, mecânico ou eletrônico. Com implantação do sistema, as empresas que utilizam o método eletrônico terão garantida a lisura dos registros dos trabalhadores. O que representa maior segurança jurídica para empregadores e funcionários. ■

Aprovada MP que permite redução no preço dos tablets

O Senado Federal aprovou no dia 21 de setembro a Medida Provisória 534, que isenta o pagamento de PIS e Cofins incidentes sobre a venda de tablets produzidos no Brasil. Aprovado por unanimidade, o projeto segue agora para sanção presidencial. Com sua inclusão nos incentivos fiscais do Pro-

grama de Inclusão Digital (PID), o governo federal pretende reduzir em mais de 30% o preço final do produto ao consumidor. Fabricação - Cinco empresas já começaram a produzir tablets no Brasil. São elas: Samsung, Motorola, Semp Toshiba, Positivo e Aix. A empresa Apple começará a produzir os tablets no país até o final do ano. ■



Sindpd inicia Seminário de Pauta para Campanha Salarial 2012

O Sindpd realiza, nos próximos dias 13 e 14 de outubro no hotel Holiday Inn Parque Anhembi, o Seminário de Pauta. O objetivo do evento é propor uma pauta para ser discutida na Campanha Salarial de 2012. Todas as sugestões serão debatidas e votadas em assembleias com os trabalhadores, que serão realizadas no final do ano. Em seguida, a pauta aprovada será encaminhada para o sindicato patronal, dando início ao processo de negociação. Este é o primeiro passo para a construção da Convenção Coletiva de Trabalho de 2012. Para que os trabalhadores participem ativamente da Campanha Salarial, o Sindpd abriu um espaço em seu site para que os associados possam enviar sugestões. Todos os e-mails serão analisados pelo sindicato visando o interesse geral da categoria de TI. Em 2010, o Sindpd recebeu mais de 200 propostas e as opiniões enviadas pelos sócios serviram de base para a negociação.

A novidade da Campanha Salarial deste ano é a unificação, na mesa de debate, com a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Informática e Tecnologia da Informação (FEITTINF) e do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas e Cursos de Informática do Estado de São Paulo (Sindiesp). “Essa união fortalece os trabalhadores e gera a expectativa de maiores



Seminário de Pauta de 2011 contou com a presença do jornalista da TV Globo, José Roberto Burnier, do especialista em TI, Silvio Meira, da secretária de Relações do Trabalho do MTE, Zilmara David de Alencar e do professor de oratória, Reinaldo Polito

vitórias para o segmento”, analisa o presidente do Sindpd, Antonio Neto. Durante o Seminário de Pauta, os diretores do Sindpd irão receber palestras de especialização com o objetivo de aprimorar

o atendimento aos trabalhadores. Está prevista a participação de Max Gehringer, especialista em Carreira e Emprego; Fernanda Della Rosa, perita em Participação em Lucros e Resultados (PLR); Anderson

Figueiredo, gerente de pesquisa e consultoria do IDC Brasil e Antonio Gil, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom). ■

Promoção Show de Sorteios faz mais de 20 associados premiados

Os associados tiveram a oportunidade de passar um final de semana em um dos destinos de lazer do Sindpd

A promoção Show de Sorteios do Sindpd já está chegando ao fim. Nos três sorteios já realizados, 20 associados foram premiados para passarem um final de semana nas praias de São Paulo. O último sorteio será realizado no dia 11 de outubro e irá premiar mais 05 sortudos.

No terceiro sorteio, realizado no dia 08 de setembro, sete sortudos foram premiados. Cada um dos vencedores já tem o destino definido: Marcio dos Santos Ferraz, da empresa MV&P Tecnologia em Informática Ltda (Paúba), Juliana Paiva Moran, da empresa Connectcom Teleinformática Com. Serv. Ltda (Paúba), Edson Assumpção Deveza, da empresa CPM Braxis S/A (Ubatuba), João Luiz da

Silva Dovigo, da empresa Sonda Pro-cwork Informática Ltda (Ubatuba), Elaine Maria Gonçalves Bertolini (Ilha Bela - Portinho casa amarela), João Francisco Lopes Brantes, da empresa Prodesp Cia Proces. Dados Est. São Paulo (Praia Grande) e Isabel Cristina Silva de Souza, da empresa IMA - Informática de Municípios Assoc. S/A (Ilha Bela - Ilha Flat).

Computador

Os associados que efetuarem a atualização completa do seu cadastro, no site do Sindpd, até dia 28 de outubro estarão concorrendo a um computador. O sorteio será realizado dia 31 de outubro. A marca e o modelo do computador serão conforme critério do Sindpd. ■

SHOW de SORTEIOS
PARA ASSOCIADOS
sindpd

Ganhe um Computador*

Atualize no site do Sindpd os seus dados cadastrais de associado e concorra a computadores de última geração.

*Promoção Ganhe um Computador – Podem participar desta promoção apenas os associados que efetuarem a atualização completa do seu cadastro, no site do Sindpd, até o dia 28 de outubro de 2011. O sorteio será realizado no dia 31 de outubro de 2011. Imagem meramente ilustrativa, a marca e o modelo do computador serão conforme o critério do Sindpd. Só poderão participar das promoções os associados que estiverem em dia com a mensalidade. Funcionários e parentes de funcionários do Sindpd estão proibidos de participar das promoções.